



26/03/2024

Número: **0067381-20.2015.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **18/11/2015**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos:

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
GWI BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - BANCO ITAUBANK S/A (AUTOR)		DOUGLAS GUIDINI ODORIZZI (ADVOGADO) JULIO CESAR SOARES (ADVOGADO)		
UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) (REU)				
FERNANDO CESAR GUARANY registrado(a) civilmente como FERNANDO CESAR GUARANY (PERITO)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
180710767 7	13/09/2023 17:53	<a href="#">Decisão</a>	Decisão	Interno



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
14ª Vara Federal Cível da SJDF

**PROCESSO:** 0067381-20.2015.4.01.3400

**CLASSE:** PETIÇÃO CÍVEL (241)

**POLO ATIVO:** GWI BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - BANCO ITAUBANK S/A

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** DOUGLAS GUIDINI ODORIZZI - SP207535 e JULIO CESAR SOARES - DF29266

**POLO PASSIVO:** UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

## DECISÃO

Cuida-se de ação sob o rito comum, com pedido de tutela antecipada, ajuizada por **GWI BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - GBF**, em face da **UNIÃO**, objetivando a inexigibilidade da incidência do imposto de renda sobre o resgate das cotas do Fundo de Investimento Imobiliário - FII GWI Condomínio Logístico (FII GWI).

Alega, em síntese, que adquiriu cotas do Fundo de Investimento Imobiliário- FII GWI Condomínio Logístico, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A, sendo que, em razão da liquidação do fundo por encerramento de atividades, houve a devolução do valor representativo das cotas, com retenção do imposto de renda sobre o ganho de capital. Afirma ter comprado suas cotas junto a terceiros, pagando valor superior ao do resgate, sem ganho de capital, portanto, razão pela qual entende indevida a incidência do imposto recolhido pela fonte retentora.

Citada, a União ofertou contestação (ID 1774746579, p. 133-142).

Réplica no ID 1774746579, p. 147-149.

Intimadas as partes pra especificação de provas (ID 1774746579, p. 153), a autora requereu o julgamento antecipado da lide (ID 1774746579, p. 157-158) e a União informou não ter provas a produzir (ID 1774746579, p. 161).

O feito foi sentenciado no ID 1774746579, p. 163-167, tendo este Juízo rejeitado o pedido autoral.

Os embargos declaratórios opostos pela parte autora (ID 1774746579, p. 171-177) foram rejeitados (p. 185).



Interposta apelação pela parte autora (ID 1774746579, p. 188-196), e apresentadas as contrarrazões pela União (p. 203-204), os autos foram remetidos ao Eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O Tribunal indeferiu os pedidos de substituição do depósito, formulados pela parte autora, conforme decisões de ID 1774746589, 1774746594, 1774751052, 1774751062 e 1774751075.

Nesta última decisão (ID 1774751075), outrossim, o Relator da Apelação Cível, Desembargador Federal Novély Vilanova, entendeu necessária a produção de prova pericial (CPC art. 938 § 3º), razão pela qual determinou a devolução dos autos a este Juízo de origem, a fim de que seja produzida a referida prova, "*intimando-se as partes para indicar assistente técnico e se manifestar sobre o laudo do perito*".

Assim, os autos foram baixados em diligência (ID 1774751079).

**É o breve relato.**

Em cumprimento à determinação proferida pelo Eg. TRF da 1ª Região, em sede recursal, determino a realização da prova pericial contábil.

Para tanto, **nomeio** o perito César Oliveira Lobo ("peritocesarlobo@gmail.com" ou "cesar\_lobo1968@hotmail.com"), registro CRC/DF012742/0-0.

**SECRETARIA**

1. Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos, bem como apresentarem assistentes técnicos, pareceres e/ou documentos elucidativos, no prazo de 10 (dez) dias.

2. Após, intime-se o nobre perito para dizer se aceita o encargo, bem como, se o caso, apresentar proposta de honorários profissionais, no prazo de 05 (cinco) dias.

3. Apresentada a proposta dos honorários, dê-se vista às partes, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

4. Por fim, retornem conclusos.

Brasília-DF, *data da assinatura*.

(assinado eletronicamente)

**Juiz Eduardo Rocha Penteado**

**14ª Vara Federal da SJDF**

